

Cad. Est. Ling., Campinas, (30):27-33, Jan./Jun. 1996

EXTERIORIDADE E IDEOLOGIA

ENI PUCCINELLI ORLANDI
(UNICAMP)

ABSTRACT

Our aims is to distinguish Pragmatics and Discourse Analysis of French School by taking into account the role of context and ideology. This paper emphasises the differences introduced by concepts as subject, language and interpretation in both theories. We concluded by the importance of discourse's definition as a sign of the difference between Pragmatics and Discourse Analysis.

INTRODUÇÃO

A questão comum posta pela pragmática e pela análise de discurso da escola francesa é a relação entre a língua e a exterioridade. Se esta é uma questão comum, é também nos meios teóricos e metodológicos de respondê-la que está a franca diferença entre elas. O lugar específico de confronto entre esses campos de saber é mais precisamente a natureza da relação linguagem/exterioridade, fundada em um certo estatuto dado à língua.

Falando da perspectiva da análise de discurso, enunciaremos em seguida alguns pontos que distinguem de forma mais precisa, a nosso ver, a análise de discurso da pragmática.

1. A ordem da língua como ordem própria;
2. O sujeito como de-centrado (dividido): a intervenção do inconsciente e da ideologia;
3. O estatuto e a forma da “interpretação”, como sintoma da relação da língua com a exterioridade.

Estes três pontos não devem ser considerados independentemente mas em suas interrelações.

Forma Material: o sujeito, a língua e a história

Partiremos da afirmação de que o que interessa à Semântica Discursiva é a ordem da língua tomada como sistema significante em sua relação com a história, considerada em sua materialidade simbólica.

Já faz entrada, assim, desde o início, uma noção teórica, a de materialidade, definida na ordem do discurso como forma material, relação da ordem simbólica com o mundo. Afirma-se desse modo que há um real da língua e um real da história, sendo tarefa do analista de discurso compreender a relação entre essas duas ordens de real.

A noção de forma material institui um espaço teórico particular que não reconhece a divisão forma/conteúdo. Ela tem vigência justamente na perspectiva que considera a relação entre a língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história (M. Pêcheux, 1994). É essa relação que produz sentidos.

Para que a língua signifique há, pois, necessidade da história. Isto nos leva a pensar o sentido como uma relação determinada do sujeito com a história. É o gesto de interpretação (E. Orlandi, 1995) que realiza essa relação do sujeito com a língua. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade.

Aí temos a composição do que enunciamos nos três itens acima: o sujeito, a língua, a interpretação.

A ideologia, por sua vez, não é vista aqui como conjunto de representações nem como ocultação da realidade. Enquanto prática significante, discursiva, ela aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história, para que signifique.

Ideologia e inconsciente, na análise de discurso, estão materialmente ligados. A interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique. O efeito é o da evidência do sentido (o sentido-lá), e a impressão do sujeito como origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão de transparência da linguagem.

Abandona-se assim, na análise de discurso, a noção psicológica de sujeito, empiricamente coincidente consigo mesmo. O sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é estruturalmente dividido, desde sua constituição. A falta o constitui. Ou, como diz Pêcheux (1975), é preciso que ele se despossua para possuir (linguagem). Não é o caso do sujeito psicológico, o das intenções. Que não é dividido, mas multiplicado: o sujeito polifônico. Aquele em que a falta o desdobra em muitos, adicionando diferentes vozes. Na Análise de Discurso, esse desdobramento é parte da falta, da divisão. Nela, o desdobramento não é compensação, é necessidade da falta. Ele não soma, mantém a incompletude.

Desse modo, o sujeito é concebido, discursivamente, como “posição” entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz. O modo pelo qual ele se constitui em sujeito, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Correlatamente, a linguagem também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível, quando se trata da significação.

A noção de “interlocução” vigente na pragmática admite a constituição pelo outro, mas no exercício da imediatidade e não da história (interdiscurso). A memória aí é definida como memória psicológica, enquanto para o analista de discurso, a memória é lingüístico-histórica. Esquece assim que não é pela soma de situações enunciativas

particulares que se constitui o sentido. É preciso, segundo a análise de discurso, que as enunciações passem para o anonimato para que se institua o sentido, o efeito de literalidade. Essa passagem para o anonimato é justamente o trabalho imaginário da história no processo enunciativo. Como tenho dito, é só quando há esquecimento de quem disse “colonização”, onde, como e para quem, que o sentido de colonização produz seus efeitos. Desse modo é que se pode dizer que o esquecimento, na análise de discurso, constitui a memória; ele é estruturante.

Se podemos distinguir, na língua, a forma empírica, a forma abstrata e a forma material, por outro lado, também distinguimos o sujeito empírico (psico-social), o sujeito abstrato (ideal) e a “posição” sujeito (sujeito discursivo) constituída pela materialidade da língua e da história.

Língua e História: a ordem e a organização.

Ao invés da completude (fechamento) do sistema abstrato, a língua é tomada aqui em sua forma material, enquanto ordem significante, capaz de equívoco, de deslize, de falha.

Nessa passagem, em que se abandona a separação forma/conteúdo, deixa-se a oposição empírico/abstrato passando a se considerar a forma material, em que o sentido não é conteúdo, a língua só é relativamente autônoma, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si.

Quando reconhecemos a materialidade da língua na discursividade, reconhecemos também a interpretação como constitutiva, isto é, compreendemos que os fatos são sujeitos à interpretação e que a língua, na medida em que é suscetível ao equívoco, ao deslize, à falha, faz lugar para a interpretação. Primeiro passo para se compreender que a língua é capaz de poesia (Milner, 1978) e que o inconsciente não é o domingo do pensamento (Pêcheux, 1994). O que me leva a acrescentar: e que a ideologia não é um defeito dos que não têm consciência. Ela é uma necessidade da relação do sujeito com os sentidos, ou do mundo com a linguagem.

Daí uma concepção de história (D. Lecourt, 1978) que não é a de cronologia ou evolução, mas que resulta de os fatos reclamarem sentidos (P. Henry, 1994). Não se separa, nessa perspectiva, sujeito e objeto, interioridade e exterioridade. A exterioridade está no interior (divisão do sujeito e não transparência da linguagem). Em consequência, tem-se o jogo entre interdiscurso e intradiscurso, pelo efeito de pre-construído: aquilo que é constitutivo, aparece como já-lá, como já-dito.

Os sentidos, como diz Canguilhem (1994), são relação a. Não brotam da língua. Não estão nas palavras. Não são uma questão “lexical”, mas uma questão semântica. O sentido, diz Pêcheux (1975), é sempre uma palavra, uma expressão, uma proposição, por outra palavra, expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se “revestem de sentido”, não poderia ser pre-determinada por propriedades da língua (por exemplo, ligações “lingüísticas” entre sintaxe e léxico); isso seria justamente admitir que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido. De acordo com Pêcheux (idem), o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (transferência), realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos, dos quais certa formação discursiva vem a ser historicamente

o lugar mais ou menos provisório. Esse lugar - a formação discursiva - de realização da transferência não é, no entanto, a causa, porque o sentido não se engendra a si próprio, ele se produz no non-sens.

O que dissemos até o momento, repousa sobre uma distinção que estou trabalhando em meus estudos: a que separa a noção de ordem da de organização.

Não é a organização da língua (pensada na lingüística sob o modo da oposição e/ou da regra), ou a organização social (classe, grupo etc) que constitui o objeto da análise de discurso.

O que interessa é a ordem da língua. Não é, por exemplo, a relação entre sujeito e predicado que é relevante mas o que esta organização sintática pode nos fazer compreender dos mecanismos de produção de sentidos (lingüístico-históricos) que aí funcionam, enquanto ordem significante.

Assim também não é a organização mas a ordem social que é relevante: a formação social enquanto sensível às regras de projeção que estabelecem relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). As posições do sujeito são uma função da relação da língua com as formações sociais em seus mecanismos de projeção imaginários. Como a ordem da língua e a ordem do mundo não são coincidentes elas só funcionam pelo imaginário.

Tudo isso para dizer: a língua não é só um código ou um instrumento de comunicação ideologicamente neutro. Nem apenas um sistema abstrato. Não há conteúdos ideológicos, há funcionamento, modo de produção de sentidos ideologicamente determinados. A língua funciona ideologicamente, e suas formas têm papel fundamental nesse funcionamento. Este funcionamento é parte da natureza da ligação da língua com o mundo (no caso, com a ordem social).

Chegamos assim a mais um ponto fundamental nessa reflexão, aquele em que a perspectiva da análise de discurso nos permite criticar o conteudismo - seja da língua, seja das categorias, seja do social, seja da história.

Efeito de Exterioridade: a Constituição e a Formulação

Não se interessando, portanto, a análise de discurso, pela forma empírica ou abstrata (organização) mas pela forma material (ordem), o sujeito reporta-se a um sistema significante investido de sentidos, sua espessura material, sua historicidade. Trata-se do sujeito significante enquanto sujeito histórico (material), posição-sujeito, que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva em relação às demais.

Nem o sujeito é definido por um seu conteúdo psicológico, nem os sentidos são conteúdos. Resultam de funcionamentos, de relações entre formações discursivas. Como dissemos, segundo Pêcheux (1975), as palavras (expressões, proposições) não têm um sentido que lhes seria próprio, preso a sua literalidade. Não se trata de pensar tampouco em sentidos deriváveis a partir dessa literalidade por meio de uma combinatória lógico-lingüística que domesticaria sua ambigüidade e cujo cálculo permitiria inferir o sentido a partir da língua, na fórmula "língua + contexto= sentido1, sentido2 etc".

Todos esses aspectos que elencamos dão a diferença com a pragmática, já que para esta o que está em vigência é o sujeito psicológico, as intenções, a exclusão da ideologia e do inconsciente, a relação língua + contexto, havendo dominância deste sobre aquela, o que reduz a língua a suporte (organização).

Nessa perspectiva discursiva, considerar a língua enquanto forma material é filiar-se ao pensamento materialista e, por aí, praticar uma forma de resistência ao neopositivismo. É uma posição teórica que critica, basicamente, o espiritualismo e o positivismo. Compreender o discurso não é tarefa operatória de cálculo mas de explicitação do funcionamento.

Tomando essa posição teórica que, como dissemos, não separa estritamente subjetivo/objetivo, interno/externo e não vê a história como cronologia, trabalha-se não com a origem mas com a filiação, não se considera a evolução mas a produção.

O discurso não é então redutível ao enunciado longo (seguido) nem ao texto. O fechamento estrutural do texto está em relação com um exterior. A historicidade, para nós, é justamente o acontecimento do texto enquanto discurso, o trabalho dos sentidos nele. Daí definirmos discurso como efeito de sentidos entre locutores.

Essa exterioridade da qual falamos não tem a objetividade empírica do “fora” da linguagem. Ela é tomada tal como intervém na textualidade. É exterioridade discursiva (e não empírica). Ou seja, esta exterioridade é o interdiscurso, definido em sua objetividade material contraditória (M. Pêcheux, 1988): algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob o domínio do complexo das formações ideológicas. Isso dá ao sujeito a sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações experimentadas.

Aí se dá o processo de constituição do discurso, na memória, no domínio dos dizeres já-ditos ou possíveis que garantem a formulação do dizer. É esse jogo entre a formulação e a constituição dos sentidos que produz o efeito de exterioridade, o sentido-lá. É esse jogo que a pragmática não toma em conta.

Esse efeito de exterioridade torna possível a relação discursiva entre real e realidade. O real, nessa perspectiva que proponho, é função das determinações históricas que constituem as condições de produção materiais e a realidade é a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações tal como elas se apresentam no discurso, num processo de significação para o sujeito constituído ideologicamente pelos esquecimentos. Estes esquecimentos resultam na sensação de que ele é a origem do sentido e na impressão de realidade do pensamento (E. Orlandi, 1995).

O sujeito pragmático resulta já dessa constituição ideológica. E os estudos pragmáticos refletem esse efeito de objetividade, não o atravessam. Nesse sentido, eles páram na instância da formulação do discurso e não atingem a instância de sua constituição. A pragmática trabalha, desse modo, sob o efeito da constituição discursiva dos referentes. Efeito que faz pensar que o sentido resulta de uma ação do contexto sobre a língua. Uma derivação. Um cálculo sobre evidências, na relação com as intenções do sujeito, psicologicamente caracterizadas.

No entanto, entre a evidência empírica e a certeza do cálculo formal há uma região, reconhecida pelo analista se discurso, que é menos visível mas igualmente

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANGUILHEN, L. **Le Cerveau et la Pensée**, MURS, Paris, 1980.

HENRY, P. *Sujeito, Origem, Sentido* in **Discurso Fundador**, Eni P. Orlandi (org.), Ed. Pontes, Campinas, 1994.

LECOURT, D. **Pour Une critique de l'Épistémologie**, Maspero, Paris, 1978.

MILNER, J. C. **L'Amour de la Langue**, Ed. Seuil, Paris, 1978.

ORLANDI, E. **Interpretação**, Ed. Vozes, 1995.

PÊCHEUX, M. **Vérités de La Palice**, Maspero, Paris, 1975.

_____. *Ler O Arquivo Hoje*, in **Gestos de Leitura**, Eni P. Orlandi (org.), Ed Unicamp, Campinas, 1994.